

A última fronteira

Hidrelétrica no Xingu é o novo alvo de ambientalistas

MARCELO LEITE*

Enviado especial a Manaus e Belém

Com a geração de energia pela primeira turbina da hidrelétrica de Balbina (177 km a nordeste de Manaus, em linha reta), antontem, torna-se simbolicamente irreversível o que ambientalistas consideram um absurdo ecológico. Desde 1981, quando começou a ser construída, a usina consumiu US\$ 800 milhões, 60% a mais do que o previsto, está alagando uma área equivalente à de Tucuruí e vai gerar 30 vezes menos energia (veja quadro). As objeções de ordem técnica que o empreendimento provocou despertaram tanto interesse quanto os US\$ 425 milhões a US\$ 706 milhões em madeira inutilizados por ele —nenhum.

Perdida essa batalha no Amazonas, os inimigos das hidrelétricas —um espectro que abrange das populações indígena e ribeirinha a cientistas e organizações de defesa do índio, ligadas ou não à Igreja— voltaram suas miras para o Pará, focalizando-as na usina de Cararaó. Ela faz parte do chamado complexo de Altamira (a 461 km de Belém), ao

lado da hidrelétrica de Babaquara, primeira fase do aproveitamento do rio Xingu previsto no Plano 2010 da Eletrobrás para gerar 22.000 MW.

O início das obras ainda é incerto. Como, de resto, todo o Plano 2010, que prevê a construção de quase 80 hidrelétricas na Amazônia e se baseou na premissa de que o país observaria uma taxa de crescimento médio anual da ordem de 6,8% ao ano. Babaquara, que deveria ser a primeira a ser construída, cedeu sua prioridade para Cararaó, que inunda uma área significativamente menor (veja quadro). É neste clima que se pretende fazer uma demonstração de força do 1º Encontro dos Povos do Xingu, que será realizado entre os dias 20 e 25 em Altamira.

O objetivo do evento —para o qual foram convidadas personalidades do movimento ambientalista internacional— não é necessariamente descartar o projeto, mas “rediscuti-lo no Congresso, com amplo acesso a informações”. É o que afirma Lúcia Mendonça Morato de Andrade, 28, coordenadora da Comissão Pró-Índio de São Paulo e uma das autoras do livro “As Hidrelétricas do Xingu

e os Povos Indígenas”, uma coletânea de 200 págs. de estudos, mapas e fotografias lançada em novembro pela entidade. Contrariando expectativas de organizadores de que a concessionária Eletronorte ignorasse o convite ou enviasse um representante de segundo escalão, a empresa já confirmou a presença de seu presidente, Miguel Nunes.

Rimas

Até agora, o clima foi de guerra entre as partes —“inimigos dos índios”, de um lado, e “inimigos do desenvolvimento”, de outro—, não de debate público. Publicidade que é o requisito formal da legislação que instituiu o Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), em 1986, para discussão dos relatórios de impacto ambiental —ou “rimas”, como ficaram conhecidos. Estes documentos são em geral inócuos, já que os órgãos estaduais de meio ambiente, desaparelhados, costumam aceitá-los sem objeções.

O cumprimento dessa exigência legal se tornou um negócio rentável, explorado pelas mesmas empresas de consultoria que fazem os estudos

de viabilidade e projetos. Estas por sua vez fazem parte da verdadeira indústria de hidrelétricas dominado por uma dezena de empresas. É o caso por exemplo do CNEC (Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A.), ligado à maior construtora do setor, a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. Segundo o “Relatório Executivo” do Plano 2010, 70% do faturamento das empresas de consultoria provêm do setor elétrico.

“Me parecem notáveis os recursos gastos, os relatórios são bem impressos, mas do ponto de vista analítico os rimas são primários”, afirma Lygia Sigaud, 43, antropóloga do Museu Nacional (RJ) e membro do grupo que estuda impactos de grandes projetos energéticos, integrado também por pesquisadores da Coppe/UFRJ e da USP. Para a antropóloga, o problema maior dos “rimas”, além da qualidade, é o fato de que eles só são discutidos quando boa parte do investimento já foi feito. “O projeto é inquestionável.”

(*) Colaboraram GUTENBERG DE SOUZA, do Supersul de Brasília, e TELMA PINTO, correspondente em Belém



A hidrelétrica de Balbina, na Amazônia; a obra custou US\$ 800 milhões.

Modelo atual tem boas alternativas, dizem técnicos

Do enviado especial

Questionados sobre alternativas para o modelo hidrelétrico do Plano 2010, seus críticos têm sugestões na ponta da língua. Particularmente no caso de Balbina: fala-se que seria menos desastrosa uma termelétrica alimentada a lenha, ou na construção de um gasoduto ligando o campo de Juruá a Manaus, ou ainda na construção de linhas de transmissão desde Tucuruí (cuja energia, subsidiada, está comprometida com a produção de alumínio).

Outra hipótese seria passar a construir hidrelétricas de baixa queda e água fluente, como defende Rólando Silveira no livro da Comissão Pró-Índio. Ela é descartada pelo “Relatório Executivo” do 2010, que fala em “aumentos de custos e perdas de energia”. (ML)

OS NÚMEROS GERADOS PELAS HIDRELÉTRICAS



Complexo de Altamira

	Cararaó	Babaquara
Área alagada (em km ²)	1.500	6.500
Potência instalada (em MW)	11.000	6.000
Nº de turbinas	21	18
Custo estimado (em US\$ bilhões)	4,6	6,0

Fonte: “As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas” Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1989.

Balbina vs. Tucuruí e Brokopondo

	Balbina	Tucuruí	Brokopondo
Potência instalada (em MW)	250	4.000	180
Área do lago (em km ²)	2.360	2.430	1.579
Profundidade média (em m)	7,4	18,9	7,9
Vazão média do rio (em m ³ /s)	480	9.208	353
Tempo de residência (em dias)	421	57	406

Fonte: informações reunidas por Rogério Gribel a partir de Goodland (1978) e Engestr-Monasa (1980), sobre Tucuruí; Lomtyaar (1978), Falva (1977) e Goodland (1978), sobre Brokopondo; e Eletronorte (1985, 1987) e Inpa (1988), sobre Balbina.

Balbina teve “guerra”

Do enviado especial

A hidrelétrica de Balbina foi tema de uma verdadeira guerrilha entre técnicos da Eletronorte e militantes ambientalistas. Um dos mais ativos entre os desta última trincheira é Rogério Gribel, 30, engenheiro florestal e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), assíduo frequentador de debates sobre a usina.

O grande impacto ambiental de Balbina, segundo Gribel, decorre da topografia desfavorável, que redunda em um lago imenso, de pouca profundidade, para gerar relativamente pouca energia. Essas condições, associadas a uma elevado “tempo de residência” (tempo médio de permanência das águas no lago), fazem prever uma acentuada deterioração na qualidade das águas. Em especial, aumento da acidez e diminuição do oxigênio dissolvido, o que segundo os críticos do projeto pode inviabilizar seu uso para abastecimento ou piscicultura

pelo prazo de até dez anos. A consequente mortandade de peixes atingiria também os 30 km de rio a jusante da barragem.

Tais condições, segundo Gribel, levam a comparar Balbina antes com a hidrelétrica de Brokopondo, no Suriname, do que com Tucuruí (veja quadro). Nos dois primeiros anos de operação de Brokopondo, os operadores tiveram que usar máscaras contra gases. A mortandade de peixes atingiu 100 km a jusante.

A Eletronorte, através do assessor de imprensa Laércio Silva, nega que exista qualquer previsão de extermínio de peixes em consequência da qualidade da água. Mas reconhece que a hidrelétrica de Cachoeira Porteira, no rio Trombetas, com início de construção previsto para o ano que vem e capacidade final de 1.400 MW, poderá suprir sozinho a cidade de Manaus —principal justificativa de Balbina. Silva considera porém “otimista” a inauguração de Cachoeira Porteira em 1996, como fora inicialmente previsto. (ML)

Editoria de Arte